

## DOSSIÊ

### Educação em tempos de barbárie: diálogos com a Psicanálise e a Política

“Os tempos estão fora dos eixos”  
[“Time is out of joint.”]  
Shakespeare. *Hamlet*, I, 5

*Trivium: estudos interdisciplinares* – revista do Programa de Pós-graduação em Psicanálise, Saúde e Sociedade da Universidade Veiga de Almeida -, em parceria com o Núcleo de Pesquisa em Psicanálise, Educação e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NUPPEC/Eixo 3), e seus convidados, apresenta uma obra coletiva construída por autoras e autores dos campos da Psicanálise, Educação, Psicologia, Filosofia e Relações Internacionais. Em seus escritos, os autores dedicaram-se a perscrutar uma espécie de tempestade rumo à barbárie no campo educacional.

Em Shakespeare, a natureza grita, a terra abre-se, os eixos desconcertam-se e o homem vê-se sem azimute. Tempestades e catástrofes parecem revelar o mundo da desordem cósmica, ou ainda, o mundo sem nomos, sem lei, que deixa de ter centro, direção e sentido. Uma suspensão da norma, um momento de exceção no qual tudo se torna possível.

Na encenação de uma cosmologia trágica, observamos, também, uma crítica política profunda pela qual a gramática da vida e o sentido do tempo são colocados em xeque. Desgovernados, violentos e mergulhados em incertezas e desordens da renascença inglesa, as angústias dos homens e mulheres criados pelo dramaturgo inglês anteciparam de modo poético o que hoje se apresenta como os efeitos nefastos das ações do humano sobre o mundo.

Quando Adorno (2020) tratou da educação contra a barbárie, evidenciou o quanto a teoria social também é uma reflexão formativa e educacional com foco na dimensão política da educação. Ao ocupar-se do tema das condições de emancipação no campo educativo após Auschwitz, ele nomeou não somente o genocídio nos campos de extermínio, mas, também a tragédia da *semiformação* presente nas sociedades capitalistas, hoje, denominadas neoliberais. À época, o filósofo alertava para os efeitos mórbidos da ideologia do progresso linear, da racionalidade técnica e da banalização do mal no campo educativo. No ensaio *Teoria da Semiformação* de 1959, descreveu a *formação (building)* como uma experiência transformadora, crítica, ligada à autonomia do pensamento do sujeito. Definiu o que chamou de *semiformação*, ou *Halbbildung*, algo meramente funcional, um modo de denunciar os perigos do esvaziamento da potência transformadora da educação.

Ao enlaçar psicanálise, educação e política, os escritos reunidos nesse dossiê, adensam essa discussão. Embora a psicanálise ainda enfrente resistências, testemunhamos, desde Freud, que o sujeito do inconsciente e o saber psicanalítico tornaram-se, também, teoria inédita da cultura e do vínculo social. Quanto ao campo da Educação, ele aparece claramente no inventário dos domínios científicos de interesse de Freud (Freud, 1913). Uma disposição com endereço certo, na medida em que o horizonte de “extensão” da Psicanálise a outros campos do saber era o desejo de seu fundador. Quanto à política, entendemos que ela implica tanto o educador como o analista, na medida em que ambos têm a possibilidade de confrontar modos e governo dos corpos, das palavras e dos afetos.

É preciso sublinhar que, nos últimos anos, a realidade social, política e educacional do Brasil, vem cobrando posicionamentos do eixo que articula a Psicanálise e a Educação, especialmente, pela pluralidade de formas que a barbárie adquiriu no espaço educacional frente ao avanço das agendas neoliberais. Entre algumas das ruínas educacionais contemporâneas, observamos o incremento da competitividade nos laços, o negacionismo com questões climáticas, a demonização de professores, o racismo, a misoginia, a violência extrema nas escolas, a violência de gênero e o ódio como pedagogia (Cássio, 2019). Isso nos levou a interrogar de que modo a Psicanálise, enquanto teoria crítica e, em diálogo com a Política, poderia contribuir para a desbarbarização da Educação. Como poderia colaborar para uma melhor compreensão dos sintomas sociais que se manifestam nas questões educacionais?

Entendemos que há um cenário preocupante quando olhamos para a educação brasileira que carrega uma história marcada por resultados insatisfatórios em diversos espectros. Dados recentes do Inep (2025), por exemplo, indicam que menos de 60% dos alunos do 2º ano do ensino fundamental estavam alfabetizados ao final do ano de 2024. É de Darcy Ribeiro (2019) a famosa frase de que a crise da educação no Brasil não é uma crise, mas um programa. Talvez Ribeiro tenha forjado essa espécie de aforismo pelo que testemunhou no país durante as décadas de 1950 e 1960. Um tempo de ideias fora de lugar (Schwarz, 2014).

É preciso lembrar, durante a redemocratização, projetos educacionais progressistas alimentaram ideais emancipatórios; porém, a partir de meados dos anos 2010, houve uma virada discursiva marcada pela influência religiosa e pela centralidade de avaliações e métricas, deslocando a educação de um horizonte crítico para uma aprendizagem funcional, reprodutiva e orientada ao empreendedorismo. Assim, vimos, no espaço de algumas décadas, a passagem de uma educação pautada por ideais emancipatórios e críticos do pensamento para uma concepção de aprendizagem baseada na funcionalidade, na reprodução e no empreendedorismo. Por outro lado, avaliamos que a educação brasileira vem repetindo a trágica história de injustiças sociais e desigualdades do país.

A sociedade e o Estado não conseguem produzir condições e possibilidades de transformação social pela via da educação e a versão mais recente desta repetição atende pelo nome de colonização do pensamento, onde vemos um contingente grande de analfabetos funcionais. Ora, sabemos que a instituição escolar no Brasil sempre foi refém de processos sociais e políticos, mas, é preciso reconhecer que, nas últimas décadas, tanto as escolas quanto as universidades sofrem uma séria crise de legitimidade. Contexto no qual proliferam muitas vozes que pedem a reforma da Educação. Mas de que reforma, afinal, tratam? Que educação queremos para as futuras gerações?

Apesar do progresso importante que as novas tecnologias e as possibilidades avançadas de conexões produzem para as relações sociais e educacionais, seguimos com um paradoxo, o de que, mesmo com todas as inúmeras condições de conectividades, resta um enorme solipsismo na vida relacional dos sujeitos deste tempo. Além disso, o realismo capitalista (Fischer, 2021), que impregna a todos com a sensação de que não há saída fora do capitalismo, parece ter chegado também à instituição escolar. Nesse sentido, Laval (2019) sugere que a lógica neoliberal constrói um imaginário pautado pelo espírito empresarial, transformando os sujeitos em capital financeiro humano. Essa lógica da financeirização das vidas é acompanhada, no dia a dia, pelo protagonismo do consumo de objetos e pelo uso abusivo e inadequado de dispositivos tecnológicos.

No campo da saúde mental, os resultados da última Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PENSE), com adolescentes que frequentam o ensino fundamental, apontam

que 21,4% deles afirmam sentir que a vida não vale a pena (IBGE, 2021). Estes dados associam-se às estatísticas do IBGE que, no ano de 2023, apresentaram altos índices de abandono escolar, especialmente, a partir dos 15 anos de idade. Tais índices somam-se aos inúmeros relatos de mal-estar e sofrimento psíquico que temos escutado nas narrativas de jovens universitários no âmbito de uma pesquisa multicêntrica sobre saúde mental que realizamos na Universidade. Trata-se, portanto, de questões que demandam uma escuta mais atenta sobre as condições do laço social e educativo e seus efeitos para a saúde mental de adolescentes e jovens que frequentam as escolas e universidades

O contexto de aspectos sociais e políticos relativos aos impasses educacionais são variados e complexos, assim, afora a gestão das mortes, operada pelo necroliberalismo contemporâneo, na perspectiva de Nancy Fraser (2024), o capitalismo canibal seria a expressão que melhor poderia qualificar o tipo de mundo que construímos, ou seja, uma sociedade organizada para se alimentar dos materiais presentes na terra que nos sustenta e monetizar as capacidades criativas dos trabalhadores, isso sem compromisso algum com a reposição do que foi extraído, ou mesmo, com a reparação daquilo que, pela extração, foi danificado.

Em outras palavras, o espectro da morte que ronda as condições do capitalismo canibal (Fraser, 2024) também aparece no campo da formação juvenil e da educação escolar. As estatísticas de depressão e de suicídio de adolescentes e jovens não param de crescer, o que mostra o quanto a formulação do desejo de viver (Freud, 1910/2013) não é uma tarefa fácil, mais ainda na passagem adolescente, quando o imaginário sobre o sentido da vida se incrementa e a pergunta sobre o si mesmo adquire outra posição. Em suma, a vacilante vontade de viver dos jovens atuais, expressa nas taxas de depressão, ansiedade e suicídio, evoca uma pergunta sobre qual o sentido que a vida pode ter, quando, aqueles que estão no lugar de transmissão do desejo, constroem uma sociedade pautada por políticas de morte.

Em um cenário de proliferação de tempestades e crises, forja-se uma lógica de guerra civil nos laços, segundo a qual se multiplicam discursos de ódio e de intolerâncias que empobrecem os debates na esfera pública, situação em relação à qual o campo educativo não fica excluído. Como frear os efeitos de uma política econômica que opera pela via da gestão das vidas, convocando os sujeitos a ajustarem-se às demandas do capital? De que forma lidar com as fraturas do nosso tempo, quando se trata de pensar a formação educacional de crianças e jovens? O que a Psicanálise pode fazer, em diálogo com a Educação e com a Política, a fim de evocar algum freio de emergência?

Através de quatro eixos de trabalho que articulam psicanálise, educação, política e barbárie, os textos publicados no presente número apresentam de modo crítico, alternativas aos impasses do campo educacional atual. Pela via da implicação ético-política de cada um dos autores e autoras, encontramos um esforço coletivo em reacender o desejo de saber no campo educativo. No lugar de máquinas-lucrativas, reivindica-se a desbarbarização da formação educacional, realocando o lugar do sujeito, do desejo e da imaginação.

Iniciamos esse número pelo eixo “Educação Crítica, Psicanálise, Barbárie” com o artigo “A potência subversiva da psicanálise na interdisciplinaridade” de José Maurício Loures e Glória Sadala, no qual a psicanálise é situada como um saber que, desde sua origem, resiste à lógica da adaptação e da produtividade que atravessam a educação escolar e superior. Ao tomar o inconsciente como operador comum da interdisciplinaridade, o escrito mostra que a contribuição da psicanálise não pode ser reduzida à mera articulação técnica entre disciplinas, sua operação produz uma fratura ética e política nos discursos que pretendem administrar, normalizar e desumanizar o

sujeito. Em diálogo com Freud e Lacan, o autor e a autora afirmam a ética do desejo e do não saber como posição de resistência frente aos imperativos de desempenho e mensuração.

Na sequência, Ana Carolina Ferreyra, em “Entre o *claroscuro* gramsciano e a obscuridade que permite perceber vagalumes”, propõe uma leitura rigorosa dos tempos de barbárie a partir do diálogo entre psicanálise, educação e política. Retomando noções de Gramsci, Walter Benjamin e Didi-Huberman, assim como Freud e Lacan, a autora desloca a barbárie do registro da ausência de civilidade para situá-la como efeito estrutural - hoje intensificado pela racionalidade neoliberal que além de fragilizar os laços sociais, esvazia a autoridade simbólica e atravessa as instituições educativas. A análise de uma cena escolar contemporânea, marcada pela incidência das redes digitais e pelo borramento entre o público e o privado, evidencia os impasses atuais do vínculo educativo e da transmissão cultural, especialmente no trabalho com adolescentes e jovens.

Com a escrita de “Educar para a memória e as lutas contra o esquecimento”, Silvio Ricardo G. Carneiro deixa claro que o tema da memória é o elemento fundamental para a construção do pensamento crítico. Partindo da afirmação de que toda educação crítica se enraíza em uma cultura da memória, entendida como condição de transmissão, pertencimento e elaboração da experiência, o autor retoma a dimensão sociopolítica da memória, demonstrando que o esquecimento não é neutro: constitui uma das marcas da barbárie. Rememorar, ao contrário, é um gesto civilizatório que reinscreve a experiência no laço social. É nessa chave que são convocadas duas experiências exemplares: a estética do esquecimento em Glazer, que expõe os riscos éticos da neutralização da memória, e a defesa que Ailton Krenak faz de uma memória social ancorada na experiência viva. Ambas permitem pensar a educação não como gestão de resultados, mas como trabalho simbólico contra o apagamento do sujeito e da história.

O segundo eixo “Quando a terra fala: psicanálise, educação e barbárie ambiental”, é composto por dois artigos que interrogam a movimentação ética necessária para que a vida no planeta permaneça viável às próximas gerações. Em “O colapso da terra e o sofrimento juvenil”, Ana Lisete Farias e Rose Gurski apresentam uma articulação densa e sofisticada entre literatura, teoria social, geociências, educação ambiental e psicanálise, noção sustentada por um eixo conceitual claro: a crise socioambiental como sintoma do colapso civilizatório que atinge simultaneamente os regimes de mundo, de linguagem e de subjetivação. Trata-se de uma escrita que evita o reducionismo técnico e aposta numa gramática crítica capaz de pensar o Antropoceno para além de seus indicadores empíricos. Ao interrogar a captura neoliberal dos discursos ambientais, o ensaio critica a produção de significantes esvaziados — como “sustentabilidade” — que, sob a aparência de cuidado, operam como dispositivos de gestão do mal-estar, reforçando a lógica da adaptação e aprofundando a sensação de um “lento cancelamento do futuro”.

No ensaio “Não é manifesto; é plágio”, de Antônio Carlos Dias e Betty B. Fuks, os autores abordam o *entre* da educação popular e da psicanálise para propor uma alfabetização ecológica no Brasil. Educação popular e psicanálise não aparecem como campos a serem conciliados, mas como patrimônios ético-culturais brasileiros que se encontram no ponto em que educar e analisar se revelam tarefas impossíveis e, justamente por isso, incompletáveis. É desse encontro que emerge a alfabetização ecológica que defendem, não como técnica nem como pauta moral, mas como gesto formativo que atravessa sujeitos, territórios e modos de habitar o mundo. Um gesto que assume o inacabamento como ética, a escuta como condição e o cuidado como responsabilidade histórica, sem prometer sínteses, mas sustentando a travessia.

No terceiro eixo “Violência Escolar e Barbárie: impasses do laço educativo”, voltado à instituição escolar, conta com reflexões de educadores, psicanalistas e estudiosos do campo social. No primeiro artigo, “Educar. ou pior”, Rinaldo Voltolini interroga a medicalização da educação como uma das respostas contemporâneas ao mal-estar que atravessa as instituições escolares e o campo pedagógico como um todo, concentrando-se especialmente na ideia de corpo que essa resposta instaura. Voltolini propõe de modo incisivo e ético pensar a afetação do saber docente pelo saber médico, isto é, quando o professor troca a pergunta: “porque esta criança não aprende?” – definidora de seu campo discursivo – pela pergunta: “o que esta criança tem?” – própria ao campo médico. Ao interrogar esse movimento, o autor recoloca em jogo não apenas a ética do ato educativo, mas também os efeitos políticos da medicalização.

Na sequência Andressa Pellanda e Daniel Cara, em “Violência escolar extrema no Brasil: o impacto do neoliberalismo, da atomização do sujeito e da erosão do laço social” propõem a leitura da violência escolar extrema no Brasil não como um desvio isolado ou um produto exclusivo do ódio digital, mas como um sintoma social que se enraíza nas transformações recentes da própria instituição escolar. A autora e o autor defendem a ideia de que a configuração neoliberal da política educacional, converte o direito à educação em desempenho mensurável e a escola em espaço de concorrência permanente.

Encerrando esta seção, o artigo “Os sons das máquinas de costura: a escuta psicanalítica de imigrantes na escola”, de Joana Primo e Miriam Debieux, evidencia a invisibilidade e o silenciamento da escolarização de crianças bolivianas em escolas municipais paulistanas. Crianças que chegam à escola “sem saber falar” são situadas não com déficit individual, mas como efeito de uma trama que articula história migratória, condições de trabalho nas casas-oficinas de costura e modos institucionais de acolhimento — ou de apagamento. Ao deslocar a escuta do sintoma escolar para o contexto de vida dessas famílias, as autoras sustentam que investigar tais atravessamentos não afasta o analista de seu ofício; ao contrário, permite garantir o direito de diferir, inscrevendo a singularidade da experiência migrante no espaço escolar.

No quarto eixo, “Os jovens diante da barbárie”, o leitor encontra uma série de reflexões sobre os impasses e desafios com os quais as instituições educacionais e os professores se deparam na atualidade. Nádia L. Lima, em “O saber em tempos de colonização digital: educação e barbárie”, interroga os efeitos do uso massivo das tecnologias digitais sobre a subjetividade e a relação contemporânea com o saber, sustentando que a racionalidade algorítmica opera uma deterioração silenciosa da experiência de conhecer. Ao submeter o saber à lógica da mercadoria e do cálculo, essa racionalidade transformaria a memória em dispositivo técnico, a subjetividade em conjunto de dados e o saber em *gadget* funcional, reorganizando profundamente as figuras do Outro do saber. Contra essa captura algorítmica, o texto afirma a urgência ética e política de sustentar o lugar da palavra, do indizível e da alteridade — dimensões irreduzíveis ao cálculo e condição mesma de um saber que não se reduz à informação.

Outro artigo fundamental para compreendermos as barbáries atuais com as quais jovens em situação de violência e vulnerabilidade se deparam é “A iniciação criminal de adolescentes não se dá ao acaso: Psicanálise, Educação e Política” – autoria de Marcelo Ricardo Pereira, Ramón E.L. Mogollon e Isael de Jesus Sena. O escrito descreve de modo preciso o contexto no qual se dá a entrada de jovens no crime. Trata-se de um sintoma que revela justamente os impasses da educação em tempos de barbárie. Distanciando-se de leituras causalistas ou moralizantes, os autores demonstram que o ato infracional emerge como resposta subjetiva a um curto-circuito próprio da adolescência, intensificado pelo esvaziamento das referências simbólicas, pela precarização das

instituições educativas e pela ausência de um desejo não anônimo do Outro. Trata-se de uma convocação à responsabilidade ética de sustentar dispositivos que não abandonem os jovens à deriva, recolocando a educação como espaço possível de reinvenção do comum.

Por fim, terminando essa seção dedicada aos jovens, o artigo “Trabalhar na universidade como psicanalista, custe o que custar”, de Ilaria Pirone e Marcella Siniscalchi, sustenta a ideia de que o trabalho universitário do analista constitui um ato político - não no sentido partidário, mas como gesto político que cria e mantém um espaço comum entre os homens, nos termos de Hannah Arendt. Nessa perspectiva, a psicanálise na universidade pode oferecer a jovens privados de narrativas a chance de reescrever sua história futura. Ao sustentar o desejo em um mundo comum sempre incerto, não por meio de discursos totalizantes, mas através de uma narrativa poética, atravessada por elipses e silêncios, a psicanálise afirma sua dimensão política. Talvez seja justamente na possibilidade de dar espaço à palavra singular e ao porvir do laço social que ela encontra sua própria força.

Aproveitamos a presente edição para publicar a tradução inédita em português do resumo das lições dadas por Jacques Lacan em Saint-Anne – “A relação de objeto e as estruturas freudianas” (lições de 21 e 28 de novembro; 5,12 e 19 de dezembro de 1956) – dentro do quadro de ensino dispensado pela Sociedade Francesa de Psicanálise. Essa inclusão amplia o horizonte teórico deste dossiê, recolocando, em sua fonte conceitual, questões decisivas para o diálogo entre psicanálise, educação e política.

A resenha do livro *Psicanálise, educação e política na universidade e na cidade* (2023), escrita por Estanislau Alves da Silva Filho, realiza uma leitura crítica e criativa dos seus 16 capítulos organizado por Rose Gursky e Nádia Laguardia, chamando atenção para o compromisso ético-político do Grupo de Trabalho em Psicanálise e Educação da ANPEPP para com a realidade do país e com o futuro de nossas universidades.

Encerrando esse número, o comentário crítico de Fernando Marcarello de *Uma batalha após a outra* (2005) do diretor Paul Thomas Anderson, chama atenção sobre a importância desse filme inserido na vertente contemporânea de filmes e séries anti-racistas estadunidense. O leitor terá também a oportunidade de acompanhar o giro do autor em direção à tese central de sua crítica: o cinema anti-racista produzido nos EUA tende a criticar o racismo interno, mas raramente articula essa crítica ao imperialismo histórico do país. Ou seja, se por um lado denuncia-se o racismo contra minorias internas (negros, latinos, indígenas), silencia-se o racismo estrutural exercido contra os países do Sul Global.

*Betty B. Fuks*  
 Editora Responsável

*Rose Gurski*  
 Coordenadora do NUPPEC Eixo 3 - Núcleo de Psicanálise, Educação e Cultura (UFRGS/CNPq)

## Referências

- Adorno, T. W. (1995). *Educação e emancipação*. Paz e Terra.  
 Cassio, F (Org.) Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019.

- Freud, S. Contribuições para uma Discussão acerca do Suicídio. In *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, v. XI, 2006 (publicado originalmente em 1910).
- Freud, S. (1979). El interés por el psicoanálisis. Em *Obras completas* (Vol. 13). Amorrortu Editores. (publicado originalmente em 1913)
- Fisher, M. (2020). *Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?*. Autonomia Literária.
- Fraser, N. *Capitalismo canibal: como nosso sistema está devorando a nossa democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso*. 2024. São Paulo: Autonomia literária.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Inep publica o Indicador Criança Alfabetizada*. Brasília, 30 jun. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/avaliacao-da-alfabetizacao/inep-publica-o-indicador-crianca-alfabetizada>. Acesso em: 27 jul. 2025.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021). *Pesquisa nacional de saúde do escolar: 2019 (PeNSE)* [National School Health Survey: 2019]. IBGE. <https://biblioteca.ibge.gov.br>
- Laval, C. (2019). *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. Boitempo editorial.
- Ribeiro, D. *Sobre o óbvio*. Marília: Lutas Anticapital, 2019.
- Schwarz, Roberto. 2014. *As ideias fora de lugar: ensaios selecionados*. São Paulo: Penguin Classics. Companhia das Letras